

## DIREÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO

A idéia de profissionalização deve ser necessariamente a pedra angular de toda a estrutura de um serviço público capaz de satisfazer às exigências da vida e do progresso de qualquer coletividade nacional contemporânea. A administração de um país, grande ou pequeno, rico ou pobre, forte ou fracamente povoado, não pode mais ser conduzida por processos empíricos, pois a complexidade dos problemas de várias ordens que o seu campo hoje abrange reclama soluções que o simples bom senso é impotente para descobrir. O pessoal administrativo tem, por conseguinte, que ser agora formado e organizado sobre uma base técnica, o que implica forçosamente uma divisão do trabalho tanto mais desenvolvida quanto mais extensas e variadas forem as funções cujo desempenho lhe fôr confiado.

Tomando essa necessidade fundamental em consideração é que o legislador brasileiro, ao levar a efeito o reajustamento dos quadros do funcionalismo da União, adotou como ponto de partida o principio da formação de carreiras profissionais especializadas. Esse é indiscutivelmente o grande mérito da Lei n.º 284, de 28 de outubro de 1936, cujos resultados positivos por isso mesmo superam largamente quaisquer inconvenientes que possam ser atribuídos a alguma falha que ela porventura contenha. De sua execução fiel e inteligente é licito esperar que o Brasil, dentro de um prazo talvez bem menor do que seria razoável estimar de início, venha a dispor de um pessoal administrativo que, globalmente considerado, não seja inferior ao de nenhum outro país.

A especialização dos funcionários é, portanto, um assunto que não mais comporta debates em torno de sua conveniência, ou, melhor, de sua necessidade. A esse respeito a unica divergência de opiniões admissível, presentemente, é a relativa ao modus operandi de se alcançá-la da maneira mais rápida e mais favorável ao interesse do Estado. Como em todos os outros domínios da atividade humana, o papel do profissional especializado tornou-se de importância decisiva na esfera da administração pública e tende, sem dúvida, a avultar mais ainda.

Mas a necessidade de especialização, à medida que se vai manifestando com maior premência, faz com que mais visível apareça uma outra necessidade que lhe é por assim dizer complementar: a da formação, no seio do funcionalismo, de uma autêntica elite de elementos dirigentes. Um serviço público verdadeiramente organizado em moldes racionais, tanto precisa de uma pequena minoria de chefes aptos como da grande maioria de funcionários competentes em um setor mais ou menos restrito de trabalho. Não significa isso, entretanto, que haja incompatibilidade entre uma determinada especialização e as qualidades indispensáveis ao bom cumprimento da tarefa de direção.

Conta André Maurois, em sua biografia do marechal Liautey, que este ilustre soldado e colonizador, explicando certa vez como concebia o seu papel de supremo orientador da obra magnífica de civilização que se estava levando a efeito em Marrocos, di-

zia: "Moi, je suis le technicien des idées générales." Liautey conhecia a fundo quasi todos os aspectos da política que lhe cabia realizar, tanto em seu lado militar como no civil, mas exprimindo-se dessa forma procurava definir com toda a clareza a função própria do chefe. Este deve saber utilizar de modo eficaz as idéias gerais a fim de poder imprimir ao trabalho do setor colocado sob a sua autoridade um rumo seguro e em plena conformidade com o programa adotado para o conjunto de que o seu departamento fizer parte.

O Civil Service inglês entre os seus incontestáveis méritos conta o de possuir sempre em sua administrative class algumas centenas de personalidades cuja aptidão para dirigir e para formular uma política constitue certamente desde vários decênios um dos principais fatores da grandeza britânica. A constituição desse corpo de administradores sem igual no mundo inteiro obedece, tanto em seu recrutamento como em sua ulterior seleção, a normas bastante severas. Para nele ingressar precisa o candidato demonstrar que a sua cultura geral é suficientemente grande para lhe permitir uma visão ampla e superior dos problemas básicos da organização social contemporânea.

Esse corpo de altos funcionários contribue efetivamente numa medida considerável para adoção de quasi todas as providências a que o Parlamento com a sua aprovação dá o caráter de leis. Deve-se-lhe também essa extraordinária e tão fecunda continuidade que se observa na vida administrativa inglesa, mesmo nos períodos em que se registram violentas flutuações políticas no país. Figuras do relêvo intelectual e da projeção internacional de John Maynard Keynes, Maurice Hankey, Harold Butler, Frederic Leith-Ross e muitos outros que seria ocioso enumerar, pertencem à administrative class ou dela provieram.

Governo e administração atualmente são conceitos tão afins que não é fácil traçar uma linha divisória entre ambos, pois não existe nenhum critério objetivo para se determinar onde termina o raio de ação de um e começa o da outra. Mas, a administração pública tem que apresentar hoje, como já o dissemos, uma feição nimamente técnica — e daí a necessidade de profissionalização dos funcionários. Ao mesmo tempo, porém, o seu cunho político se acentua constantemente — e essa é a principal razão que torna imperiosa a exigência da formação de um escol de dirigentes administrativos com uma noção muito nítida do sentido nacional de sua função.

Na história da França moderna, os estudiosos são unânimes em reconhecer a relevância da obra dos grands commis da monarquia. A administração pública francesa conserva ainda hoje em herança o espírito desses grands commis e é por tal motivo que, em meio à mais desenfreiada agitação político-partidária, ela não só guarda a sua eficiência, mas continua a ser um sólido baluarte contra a anarquia e a subversão. Ha poucos anos, Daniel Halévy, o perspicaz historiador da Terceira República, mostrava a parte preponderante de um pequeno grupo de funcionários de alta qualidade na imensa obra legislativa posterior a 1870.

Em nossa vida administrativa, existe uma tradição legada por alguns grandes funcionários do passado e mantida por seus continuadores. O exemplo de dedicação sem reservas ao interesse público que deixaram é um poderoso incentivo para os que anseiam por dotar o Brasil de uma administração capacitada a enfrentar vitoriosamente todas as dificuldades que o futuro nos possa reservar. Para isso, é imprescindível que se crie um novo tipo de grandes funcionários que, às virtudes de seus predecessores, juntem as aptidões requeridas para a conduta dos serviços que o Estado Novo precisa de executar com o mínimo possível de desperdícios de tempo e de recursos, isto é, com o máximo de eficiência.